

## **Pergunta do internauta Thiago Alves Bernardes:**

***Destaco algumas perguntas que julgo importante!***

***Quais são essas atividades que está tomando 70% do tempo dos professores? Já fizeram o levantamento da necessidade de profissionais para desenvolver essas atividades?. Quantos servidores seriam necessários? Cadê o choque de gestão, a otimização da máquina estatal?! Outra coisa: O Estado desenvolve várias atividades atípicas, mas isso não quer dizer que a melhor alternativa seja terceirizar, fazer PPP e etc. para todas elas. Algumas atividades atípicas são essenciais, ou não? Se não for, fecha o GCOM, a SEGES e tantas outras que, na sua essência, desenvolvem atividades atípicas! Comunicação não é atividade típica de Estado (Mas é estratégica!!! Por isso temos servidores aí e não passamos para o Privado)! Bom! Além das perguntas, foi o desabafo, transparência não é só falar o que tá fazendo! É demonstrar como está fazendo!***

***Minha curiosidade em saber essas tal atividades administrativas é pelo seguinte: Quero saber se não estão tirando atividades pedagógicas e estratégicas de educação das mãos dos professores! Sou professor (da iniciativa privada) e sei que 50% (ou mais) do meu tempo pedagógico É FORA DA SALA DE AULA! Estudo, planejamento de aula, elaboração de atividades e prova, correção e etc.!***

Bom dia Thiago, agradecemos por nos procurar para sanar eventuais dúvidas existentes quanto ao modelo de Parceria Público-Privada proposta para a educação pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

Esclarecimentos:

São considerados serviços administrativos: Serviços Gerais, Operação de Reprografia e Serviços de Help Desk. Os Serviços Gerais estão relacionados ao controle patrimonial; Já os Serviços de operações de reprografia são prestados apenas nas EMs e os Serviços de Help Desk é a interface formal entre a concessionária e o poder concedente, podendo ser utilizado para solicitação de serviços ou informações e para reclamações, via de regra, para esses serviços a concessionária costuma alocar um auxiliar administrativo de seu quadro.

Portanto, esses serviços estão no rol dos serviços não pedagógicos, deixando assim, os profissionais pedagógicos sem essas amarras para dedicarem seu tempo exclusivamente ao ensino e a boa educação dos alunos.

Destacamos que a Parceria Público-Privada não se confunde com Terceirização, são institutos diferentes. A terceirização ocorre quando uma organização subcontrata serviços de um terceiro nas suas atividades meio, e em contratos de curta duração, ex.: os serviços de limpeza e segurança dos órgãos citados GCOM e SEGES são terceirizados. Já as Parcerias Público-Privadas são contratos de longo prazo, regidas pela Lei Federal 11.079/2004 e se estendem de 05 a 35 anos. Esse prazo varia conforme a modelagem onde são aplicadas métricas e variáveis econômicas e mecanismos regulatórios, tais como: Definição do Projeto (modalidade, escopo e prazo); alocação de risco; regras do edital; mecanismo de remuneração; Regulação de investimento; Regulação da Qualidade de Serviço, etc.

Quanto à otimização dos serviços, o seu questionamento vai ao encontro dos anseios do Governo do Estado de Mato Grosso, pois o chamamento público para desenvolvimento de estudos para modelagem de uma Parceria Público-Privada visa suprir justamente esse “gap” atualmente existente na máquina pública, onde a ineficiência gera grande descontrole, falta de informações gerenciais, falta de transparência e onerando os cofres do tesouro estadual com atrasos, retrabalhos e um serviço de péssima qualidade em diversos setores.

Outro diferencial é que nas Parcerias público-Privadas as transferências de riscos e responsabilidades para o parceiro privado é um elemento central dos contratos. Nas obras executadas pela PPP o tempo de conclusão é em média 45% menor que as obras públicas contratadas pelo modelo tradicional, gerando uma inequívoca eficiência e redução de custos.

Nas obras contratadas pelo modelo tradicional, é fácil a constatação: morosidade na licitação; lentidão e atraso na execução da obra; abandono das obras pelas construtoras; entrega de obras com defeitos; má qualidade ou em desacordo com o projeto de engenharia, esses percalços terminam por aumentar em muito o custo total da obra, e isso penaliza muito os cofres públicos, pois esses recursos poderiam ser canalizados para infraestrutura social do estado.

Segundo o censo escolar de 2011, 44% das escolas no Brasil possuíam infraestrutura elementar, contando apenas com água, sanitário, energia, esgoto e cozinha, sem qualquer característica específica de uma edificação dedicada ao ensino aprendizagem. Ainda conforme esse mesmo censo 14,9% das escolas brasileiras tinha condições adequadas e 0,6% condições avançadas.

Ao observar esse cenário fica evidente a necessidade de melhorar a infraestrutura escolar, pois a educação requer um ambiente adequado para que o processo ensino aprendizagem possa ocorrer.

E essa é a proposta do Governo do Estado de Mato Grosso, dando o devido respeito a esse espaço de aprendizagem que tem sido negligenciado ao longo do tempo.

Obrigado pelos questionamentos, estamos a disposição para dirimir quaisquer dúvidas, peço que visite nosso site [www.mtpar.mt.gov.br](http://www.mtpar.mt.gov.br) na guia parcerias>projeto Gestão Escolar onde já se encontram várias respostas a questionamentos postulados pela sociedade em geral com respeito a esse projeto, bem como poderá encontrar todo o PMI e seus anexos. Ou se preferir, agende uma visita à MT PAR, avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2368, edifício Top Tower Center, 3º andar, sala 304, estaremos prontos para recebê-lo e sanar eventuais dúvidas.

*MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S/A*  
*065-3645-3900*